

# Entre partidos políticos, facções, redes e famílias: o que são os grupos políticos no sertão de Pernambuco?<sup>1</sup>

CARLA SOUZA CAMARGO

Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil

DOI 10.11606/issn.2316-9133.v23i23p11-27

**resumo** Este artigo descreve as configurações e práticas dos grupos políticos em um município do sertão de Pernambuco, a partir de uma pesquisa intensiva de campo. Tal município está localizado no Vale do Pajeú e sua população é composta por cerca de 79.000 habitantes e 55.000 eleitores. A principal característica da política eleitoral é a existência de dois grupos que disputam cargos eletivos; a cada um destes é reconhecido um líder, assim como famílias e partidos que lhes são vinculados. Nesta abordagem, a inteligibilidade da atuação dos grupos políticos busca levar em conta sua conjugação complexa e mutável, na qual nenhum dos elementos deve ser considerado isoladamente.

**palavras-chave** Grupos políticos; Partidos políticos; Família; Eleições; Sertão de Pernambuco.

**Between political parties, factions and families: what are the political groups?**

**abstract** This paper describes the settings and practices of political groups in a municipality of the Sertão de Pernambuco (countryside of the state of Pernambuco, Brazil), from an intensive field research. This municipality is located in the Vale do Pajeú and its population is made up of about 79,000 inhabitants and 55,000 voters. The main feature of electoral politics is the existence of two political groups contesting elective positions; to each of these groups is recognized as having a leader as well as families and political parties that are linked to them. The intelligibility of actions of political groups in

this approach seeks to take into account its complex and changeable combination, in which none of the elements shall be considered separately.

**keywords** Political groups; Political parties; Family; Elections; Sertão de Pernambuco.

## Os grupos políticos em Monsanto

No município de Monsanto<sup>2</sup> existem dois grupos políticos: o vermelho e o azul. Os grupos políticos são descritos como coletivos que promovem a associação entre indivíduos, famílias e partidos, que reúnem forças para alcançar objetivos diversos – particulares e coletivos –, e que apresentam o anseio comum de ascender membros a algum cargo político. Apesar dos diferentes interesses que podem construir as parcerias dentro de um grupo, todos seus esforços são compreendidos localmente como ações que visam eleger seus candidatos. Tais coletivos permeiam os discursos locais como um imperativo da política de Monsanto, assim como o de muitas outras cidades do interior pernambucano. É entendido como um componente essencial, ingrediente ou *a maneira* pela qual se faz política nos municípios do *interior*. No contexto de Monsanto, considera-se ser impossível, ou muito árduo, fazê-la fora de um desses grupos, principalmente porque a política desempenhada por meio deles normalmente é encadeada em oposição àquela que se considera desenvolvida nos grandes centros<sup>3</sup>.

Em sua atuação, o grupo político opera partidos e famílias. Aquilo que me foi dado a observar sobre esta atuação compõe este artigo. De início, ofereço um itinerário do que aqui será descrito, a partir de um modelo básico do funcionamento dos grupos políticos e de suas relações.

A posição de maior destaque no interior deles é a do *chefe* ou *líder*, que é filiado ao partido de maior representação do município em número de cargos ocupados na administração pública. Esse partido é responsável pelas parcerias estabelecidas entre o grupo e políticos de outras esferas do Estado, como aqueles que ocupam cargos no governo federal e estadual. Existem ainda outras posições de liderança, que são ocupadas, em maior parte, por pessoas inseridas na estrutura administrativa de Monsanto e políticos em exercício, principalmente na prefeitura e na câmara municipal. Particularmente no que toca à relação entre os vereadores e o líder do grupo político, é uma via de duplo sentido, na qual os políticos realizam uma série de acordos com o grupo por meio de seu líder para angariar seu apoio no momento da campanha eleitoral, assim como lhe possibilitam, quando eleitos, a manutenção e realização de novas parcerias. Alguns dos políticos que buscam apoio do grupo no momento da campanha eleitoral são filiados ao partido de seu líder, ainda que outros sejam filiados aos demais que compõem o grupo.

Além dos membros distribuídos por esses partidos, há aqueles que estão filiados aos que não participam de qualquer grupo. É comum que os parentes do líder filiem-se ao seu partido político. No que toca à relação entre a família do líder e o grupo ao qual está vinculado, essa não é de simbiose, mas de duas realidades que podem se atualizar mutuamente, ainda que, em outros momentos, operem por suas próprias lógicas de funcionamento. O caso que envolve a sucessão do líder do grupo político

expressa esse funcionamento claramente, como procurarei demonstrar ao final deste artigo.

## O dentro, o entre e o fora

A formulação sobre o funcionamento da política de Monsanto por meio dos grupos políticos ficou evidente de diversas formas durante a pesquisa de campo. A maior parte dos meus interlocutores de pesquisa se colocava dentro da chave dos grupos e, aos poucos, um conjunto de experiências e relatos apontava para essa configuração.

Logo na primeira semana de minha pesquisa, fiz uma visita à residência de Anacleto, jornalista e dono de um periódico especializado nas questões do município, o *Jornal Enigma*. Ficou manifesta sua opinião de que seriam sempre parciais as conclusões de uma pesquisa feita por uma pessoa de fora, pois para ele era necessário estar dentro da configuração da política para tomar dimensão de seu funcionamento:

Veja bem, não dá para ser de outra forma, pois aqui o cabra olha no olho e sabe em quem ele vota, então você estuda aqui dois anos e não sabe de nada! Pois falar de política e partidos aqui não é assim tão automático, ainda vai demorar muito tempo para as pessoas pensarem assim. Em Serra Talhada só existe o cordão azul e o vermelho e aqui é o seguinte: tem que escolher um lado. Não existe outro jeito. Pois até agora o que importa para a política é a pessoa, o dinheiro e o apoio. Não o partido, mas o grupo. (Caderno de Campo, Anacleto, 23 de fevereiro de 2010)

O que Anacleto me disse, ao contrário de ser uma repreensão, era um conselho de conduta, pois ele mesmo teve que se equacionar de diversas formas para trabalhar como um jornalista que escreve sobre a política do município. Inicialmente, o jornalista era do grupo

vermelho, mas para comprar o Jornal Enigma teve que fazer negociações com o líder do azul. No entanto, ao longo do tempo entendeu que todas as vozes tinham que aparecer em seu jornal. Não adiantaria somente falar mal ou expor os aspectos positivos de um só grupo. Começou então a vender um espaço em seu jornal, que ele chama de “cotas”, para membros de ambos os grupos, com o intuito de que além das reportagens envolvendo os grupos políticos, os dois lados tivessem um espaço para expor suas ações e interesses. Desta forma, segundo Anacleto, apesar de atualmente não pertencer a qualquer um, ele teve que fazer “um casamento na sociedade política”, pois para fazer um trabalho realmente válido, é preciso compor com as duas partes. Em sua opinião, qualquer político que vise a um trabalho bem feito em Monsanto teria que saber agir dessa maneira, assim como ele fez e me recomendava fazer.

Em outra ocasião, encontrei-me com outro jornalista do Jornal Enigma, chamado Roberto da Silva. Ele atualmente trabalha como assessor de comunicação da Câmara de Vereadores de Monsanto, mas continua escrevendo para a publicação mencionada uma famosa coluna chamada “Alfinetadas”. Roberto da Silva é membro do grupo vermelho e atualmente preside o PV (Partido Verde) na cidade, que não se encontra aliado a grupo algum. Para ele, a política por meio dos grupos políticos tem um caráter de engajamento pessoal muito grande:

Época de eleição é assim, existe uma disputa muito acalorada. São carreatas de um lado e de outro. Briga de bandeiras, as pessoas colocam bandeiras vermelhas, outras bandeiras azuis. Entenda, Carla, as disputas que eles fazem é uma espécie de um jogo pessoal de ganhar e perder. Não se pensa só em melhorias para a cidade. As pessoas assumem um candidato ou um lado, pior que em jogo de futebol. Dizem assim

“meu candidato é fulano e se fulano ganhou, viva! eu ganhei!”. É difícil falar em política sem falar em grupo. Uma pessoa vota no candidato, o partido vem depois. Muito mais no candidato, no partido quase nada. E aí entram vários aspectos: o que vale é carisma, o grupo político e o financeiro. Ou se é de um lado ou de outro. (Caderno de Campo, Roberto da Silva, 5 de abril de 2010)

Para o jornalista, apesar da existência de vínculos partidários na cidade, eles são insignificantes perto da dimensão que o grupo político adquire entre os eleitores. Roberto acredita ser fundamental convidar as pessoas a participarem dos partidos, principalmente por conta dos projetos de inovação e mudança, por exemplos os de seu partido, que tem como foco o meio-ambiente. Apesar de ser membro do grupo vermelho, prevê que o partido do qual é presidente poderá compor para as eleições de 2012 um outro coletivo, chamado *terceira via*. Não é recente o projeto de formação de uma frente partidária que concorra em pé de igualdade com os grupos políticos, que apresenta projetos de composição desde meados dos anos 1980, mas que até agora não conseguiu ganhar projeção suficiente para fazer frente à força dos grupos na cidade.

Mesmo com toda a centralidade dos grupos políticos na arena eleitoral de Monsanto, existe uma parcela de candidatos que se opõe a política desenvolvida por meio de famílias e grupos. Notadamente com uma orientação ideológica socialista, partidos, associações e indivíduos tentam combater essa lógica local. Porém é preciso notar os mecanismos pelos quais esses candidatos aliados a partidos políticos de esquerda articulam-se para realizar tal oposição.

Tomé é natural de Caruaru, foi seminarista durante quatro anos e, por intermédio de algumas pessoas ligadas à Igreja Católica,

envolveu-se na formação do PT (Partido dos Trabalhadores), em meados da década de 1980, sendo eleito vereador em 1996. Entretanto, em 2005, principalmente motivado pela expulsão de Heloísa Helena, Babá, Luciana Genro e João Fontes do PT, Tomé se desliga do partido e começa a participar da construção do PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) na cidade de Monsanto. No ano seguinte, depois de angariar filiados para o partido, lança-se como candidato a vice-governador. Atualmente, continua filiado ao PSOL, “na luta para conquistar o espaço das massas”, principalmente vinculando-se à população de baixa renda na cidade.

Segundo Tomé, não importa a posição assumida no interior das oposições entre os grupos políticos, porque participar dessa estrutura é entrar em um jogo que implica a existência da outra parte. Ainda segundo ele, estar em um grupo é também participar do outro, pois, em Monsanto, as diferenças entre ambos são poucas, uma vez que a ideologia do grupo, assim como seu conjunto de ações e projetos, partilha das mesmas propostas:

Aqui se criaram dois clubes. O clube do azul e o clube do vermelho. Eles lutam dentro desses clubes pra ver quem ganha mais votos. Quem é contra o clube do azul, vai pro grupo do vermelho. Isso cria uma falsa polarização, porque na realidade eles são homem-aranha, são azuis e são vermelhos. Estão unidinhos, estão juntos. São uma unidade e comungam. Eu estive lá dentro, eu fui uma pessoa de Silvino, eu escrevia os discursos de Silvino Rodrigues, todos eles! Os políticos dos dois grupos se ligam direto, e ainda brincam “um dia eu trago você pro meu grupo!”, se encontram, bebem cachaça junto, brincam junto, vão pra shopping em Recife. Existe uma coisa assim de harmonia entre eles muito forte. Quando na sede e no calor da política, no discurso, na oratória, surgem críticas de um ao outro. Mas por baixo, eles sempre se

respeitaram, sempre se quiseram bem. (Caderno de Campo, Tomé, 16 de março de 2010)

Pode-se perceber, a partir do relato de Tomé, que a posição de rivalidade dos grupos políticos em Monsanto é muito menos rígida do que parece. Os agentes políticos neles inseridos compartilham informações e estabelecem relações de proximidade fora do período eleitoral. A oposição, que muitas vezes se apresenta como fixa e operante, ganha contornos mais visíveis somente nos períodos eleitorais. Ainda a partir das conversas que tive com Tomé, pude perceber que os processos de troca, alianças e incorporações são sempre cogitados e que equações entre agentes e grupos políticos são esperadas e não se apresentam como momentos extraordinários, fora da lógica política local.

Tomé defende a criação da *Terceira Via* em Monsanto, apesar de acentuar sempre que ela pode estar “voltada pra questão do povo ou ter um braço voltado pra um dos grupos, tirando voto dos candidatos do grupo rival, mas sem nunca eleger um candidato”. Para Tomé o grande desafio da *Terceira Via* é constituir-se “genuína”, escapando dos interesses dos grupos políticos em tomá-la como um apoio, conseguindo mais votos para seus candidatos.

Cada grupo é referenciado por uma *cor* (*cordão, camisa, bandeira*) que é inteiramente assimilada pelos habitantes da cidade, os quais podem ser referidos também pelo nome de suas atuais lideranças. Não me foi apontada correlação alguma entre as cores dos grupos e os partidos políticos que os compõem; entretanto é preciso notar que elas seguem o padrão de tons dos principais partidos que compõem cada um deles: o PTB, no caso do grupo vermelho, e o PR, no caso do grupo azul. Semelhante caso foi notado e descrito por Borges (2003, p. 89-101), em que a autora pôde perceber uma série de índices que estabeleciam a conexão entre as obras

e o governo de Joaquim Roriz, sendo que o principal desses era a relação estabelecida entre esse governo e a cor azul. Segundo Borges (2003, p. 95), “o uso das cores representa um refinamento nas estratégias da iconografia política”, sendo elas construídas como índices do tipo de disputa política no Distrito Federal, que estabelecia a relação entre aqueles ligados a Roriz e seus opositores, estes vinculados ao PT. No entanto, diferentemente do caso descrito pela autora, em Monsanto as cores que nomeiam e classificam os grupos políticos opostos não se referem, propriamente, à ideologia ou ao tipo de ação defendida por cada um; também não faz referência às obras realizadas por eles, pois as formulações acerca dos projetos de cada candidato ligam-se às atuações particulares, como atributos de um representante político, no máximo, sendo estendível a sua família, mas nunca a todo o grupo.

### Grupos, Redes e Lideranças

Cada grupo político é estruturado em torno de uma liderança: representantes políticos do município de Monsanto que, no entanto, não restringem sua influência política ao nível municipal. Note-se que a palavra utilizada para referir-se à pessoa que coordena as atividades do grupo é sempre *líder* ou *chefe*. Segundo meus interlocutores de pesquisa, liderar não significa ter a posse, a ideia de propriedade, apesar de lhe ser associada, não é efetiva. O grupo político não se encerra, necessariamente, com o fim da carreira ou da vida de seu líder, pois podem existir sucessores no interior da organização. A liderança pode direcionar suas ações, influenciar suas escolhas, mas existe um caráter deliberativo contido no grupo. Determinadas ações da liderança podem despertar diferentes apreciações entre seus integrantes. Percebe-se, então, que o grupo político não é sempre um todo homogêneo, podendo conter diferentes

interesses e motivações. O vermelho atualmente é liderado pelo deputado estadual Paulo Beltrão, e o azul, pelo deputado federal Vitório Cordeiro.

Em um primeiro momento, a descrição do grupo político me pareceu muito próxima ao conceito de rede de Barnes (1968), pois parecia descrever apenas laços interpessoais. O autor retira tal conceito, principalmente, do livro de Fortes (1949) “The Web of Kinship among the Tallensi”, que utiliza esse termo para discorrer sobre como noções de igualdade de classe foram aplicadas e, também, como alguns indivíduos fazem uso dos laços de parentesco e amizade em uma comunidade na Noruega. A ideia de rede foi desenvolvida na antropologia social com o intuito de analisar processos sociais envolvendo ligações que atravessam grupos sociais. Para Barnes (1968, p. 111), funcionaria como um fluxo imaterial interconectado, e a utilidade do conceito estaria em “poder analisar os processos políticos que são desvinculados da política nacional, mas que envolvem indivíduos e grupos que tentam mobilizar apoio de uma população local” (BARNES, 1968, p. 107) para suas mais variadas propostas, assim como influenciar as atividades e ações de seus companheiros. No entanto, no caso de Monsanto os grupos constroem parcerias com outros coletivos da sociedade, mas mantêm íntimas relações com as estruturas do Estado. Além disso, erigem-se padrões duradouros de liderança, mas que são substituíveis. Seria interessante, entretanto, ressaltar que, assim como no conceito de rede desenvolvido por Barnes, o grupo político pode ser entendido como uma unidade se tomado como uma abstração, pois cada membro estabelece um tipo de parceria diferente com o grupo, por um emaranhado de linhas diversas que ligam, a partir de diversas equações, todos os membros dos grupos políticos ao seu *líder*.

Mas quem é líder dentro de um grupo político? Quando fiz esta pergunta a Francisco Rocha, ex-assessor do deputado Vitório Cordeiro e atual presidente do PHS em Monsanto, ele me respondeu prontamente: “um líder se faz por atos e fatos. Você não leu Maquiavel?”. Para Francisco, a liderança é exercida, não tem receita para alcançá-la e, dentro de um grupo, é demonstrada pela população: “um líder aparece quando a população o reconhece e, mesmo entre políticos já eleitos, existem aqueles que expressam liderança, enquanto outros não”. Ainda segundo ele, para mantê-la efetiva é preciso ainda estabelecer alianças com políticos de outros níveis de administração, seja municipal, estadual ou federal. Atualmente, concebe-se que o líder do grupo azul, o deputado federal Vitório Cordeiro, é aliado político do governador de Pernambuco, Eduardo Campos<sup>4</sup>, enquanto o do grupo vermelho, o deputado estadual Paulo Beltrão, é aliado do senador Armando Monteiro. Se, por um lado, o líder precisa manter suas alianças e demonstrá-la por “atos e fatos”, o grupo precisa, por outro lado, mostrar apoio ao seu líder, como me lembrou Francisco: “N’O *Príncipe* de Maquiavel já está escrito que os momentos de honraria são importante para os *correligionários*<sup>5</sup>. Demonstra apoio, união”.

Uma situação em particular expressou etnograficamente o que Francisco Rocha havia me dito. Ele e alguns membros do grupo azul – principalmente meus contatos do escritório político do deputado Cordeiro e a presidente do PR, Lourdes Cordeiro –, me convidaram para acompanhá-los em uma viagem a Recife, para participar de uma cerimônia na Câmara Municipal. Nesta ocasião, o deputado Cordeiro recebeu o “título de cidadão recifense”, uma homenagem prestada pelos vereadores do município em reconhecimento ao *trabalho prestado* pelo deputado Vitório, por sua trajetória

e também por seu empenho em trabalhar por aprovações orçamentárias para todo o estado de Pernambuco.

Esta experiência foi fundamental para meu trabalho, pois pude perceber pela primeira vez um conjunto de pessoas ao qual poderia atribuir o nome de “grupo político”. Pude então depreender que os momentos de homenagem a algum membro do grupo político, ou a alguma obra de sua autoria – principalmente em eventos de inauguração –, são extremamente importantes para a visibilidade do agrupamento de pessoas que se conhece por grupo político. Essa visualização só é possível se adquirida alguma posição em relação ao grupo ou alguma aproximação de seus membros. Isso porque, mesmo que se reconheça uma cor inculcida a cada um dos grupos políticos, elas não são acionadas a todo momento<sup>6</sup>.

Importante frisar a grande dificuldade de apreender, cotidianamente e fora desses momentos de homenagem, o grupo político enquanto um conjunto visível, pois é um coletivo que não tem sede, reuniões periódicas ou quantificação sistemática de seus membros. A partir das movimentações dos indivíduos que se classificavam como membros de um, pude perceber que apesar de não existir sede alguma que pudesse os acolher, diversos pontos de apoio eram utilizados no interior das estruturas do poder municipal para manter sua parceria, principalmente a Câmara de Vereadores, a Prefeitura e também o escritório político do deputado Cordeiro. Ou seja, nos casos em que algum membro do grupo necessitava de ajuda, auxílio, informação e até mesmo aconselhamento, recorria a outros membros que ocupavam determinada função em algum desses órgãos públicos. No entanto é importante ressaltar que a relação estabelecida com a estrutura político-administrativa se dava a partir de vínculos pessoais prévios. Dessa forma, cada

membro mantinha um acesso específico à burocracia municipal, gerando assim um suporte que acarretava ganhos políticos para o grupo, mesmo que primordialmente embasado em uma relação pessoal.

Lourdes Cordeiro, prima do deputado Vitório, trabalha atualmente na secretaria de administração da prefeitura de Monsanto. Entre os anos 2000 e 2008, foi chefe do escritório de seu primo. Seria compreensível – sendo o deputado líder do grupo azul – que seus membros procurassem o mencionado escritório para contatar seu grupo, pois ali trabalham seus assessores diretos e a comunicação com os gabinetes oficiais do deputado é diária. Entretanto, segundo Lourdes, mesmo depois de deixar a chefia, muitos a procuram na prefeitura de Monsanto para conseguir qualquer tipo de informação e ajuda do grupo político. Isso porque as pessoas que mantêm um vínculo mais próximo a Lourdes sentem-se mais à vontade em procurá-la ao invés de ir atrás dos funcionários que trabalham cotidianamente no escritório de Vitório Cordeiro. Era comum que ela telefonasse para os assessores do deputado a fim de solicitar algum tipo de ajuda, assim como transmitir informações de correligionários que a requeriam pessoalmente.

A utilização da aparelhagem político-administrativa do município para manter a parceria do grupo político ainda sustenta outra particularidade. Apesar de não existir uma periodicidade regulamentada das reuniões entre os membros do azul, há situações em que é necessário o agrupamento de diversos deles para tomada de decisões<sup>7</sup>. Como me disse Airton, um funcionário do Escritório político, essas reuniões ocorrem – na maioria das vezes – na Câmara dos Vereadores, pois o grupo de Cordeiro está vinculado a quatro vereadores do município, e não é complicado contar com esse

espaço para a realização de encontros. Outra prerrogativa que pode ser acionada, como me informou Tomás da Cunha, assessor do deputado Cordeiro, é que para a realização de reuniões e convenções dos partidos, é lícita e prevista por lei a utilização de edifícios públicos.

Apesar de constituir-se, principalmente, por meio de alianças entre famílias e entre partidos, existem pessoas que se aliam aos grupos políticos de outras formas, independente da vinculação prévia a outros coletivos. As motivações que as levam a fazer tais alianças são muitas e, de forma geral, motivadas por circunstâncias particulares. Contudo há uma recorrência significativa de pessoas que se vinculam ao grupo político pela possibilidade de conseguir um emprego junto aos políticos em momento de campanha. Essas pessoas procuram os candidatos para trabalhar durante o pleito e, a partir de um vínculo formado durante as eleições, passam a compor o grupo.

Graça é um desses casos, em que a ligação estabelecida durante a campanha eleitoral foi mantida, e passou a ser importante também fora dos períodos eleitorais. Hoje com 25 anos, Graça trabalha desde os 12 anos na *política* – como ela mesma diz –, “*mentindo*”. Quando a prima e as amigas mais velhas começaram a trabalhar em campanhas, ela ficou com “*muita vontade de participar*” e foi conversar com um candidato a vereador, membro do grupo azul, que contratava temporariamente cabos eleitorais para fazer o *porta a porta* no bairro Da Ponte, onde Graça residia. Porém, uma vez ela era menor de idade, não pôde ser contratada. Como sua “*vontade era muito grande*”, pegou um título de eleitor emprestado de uma das primas e apresentou-o ao candidato, que aceitou contratá-la, mediante a constatação de que a dona do documento tinha 17 anos (ano 2000). Desde então Graça trabalhou em todas as campanhas pelo *grupo político* de Cordeiro;

há oito anos, a antiga chefe do escritório político a convidou para participar das atividades cotidianas da instituição. Como seu vínculo empregatício não era formal, tornou-se assessora da vereadora Lourdinha Cordeiro por conta do trabalho realizado em sua campanha nas eleições de 2008.

Pertencer a um grupo político é uma marca pública, apesar de ser uma decisão particular<sup>8</sup>, no limite em que mesmo que sua família ou seu partido indique a participação em algum deles, impera a decisão particular dos atores. Isto é, os eleitores e pessoas envolvidas em diversos setores do município, não só o político, identificam facilmente os integrantes dos grupos.

Outro ponto que tento demonstrar é a forma pela qual os indivíduos, a despeito de suas famílias ou partidos políticos, podem se aliar ao grupo. Para traçar minha análise utilizo o conceito de *adesão*, formulado por Palmeira (1996, p. 41-55)<sup>9</sup>. O autor propõe, em relação ao voto, que este não se relaciona apenas com um ato isolado e individual, mas a um modo de *adesão*, no qual, mais do que depositar o voto em um candidato, trata-se de se posicionar dentro de uma parcela da sociedade. Algumas ressalvas, no entanto, devem ser feitas a essa utilização para tratar do grupo político em Monsanto; a principal delas é que o trabalho de Palmeira estabelece o voto como uma adesão; em meu caso de pesquisa, por se tratar de um período não eleitoral, não tenho condições de utilizar o voto como ferramenta para instaurar algum parâmetro. Discuto a *adesão* como uma ferramenta de inteligibilidade para os processos de vinculação entre membros e grupo político. Nos casos aqui apontados, discorro sobre somente a parceria de membros que dispõem de algum tipo de capacidade para agir exatamente no interstício de comunicação entre eleitores e grupos políticos; para já entrar nas terminologias de

Palmeira (1996, p. 51), tratam-se antes de “eleitores de votos múltiplos”.

O conceito de *adesão* trabalhado pelo autor está ligado também a sua interpretação sobre a política desenvolvida por meio de facções. Para ele, a utilização de uma imagem associada à política local, na qual duas facções confrontam-se permanentemente, apesar do que podem conter de verdadeiro, pouco diz sobre o significado desse tipo de ordenamento. Por isso propõe a utilização do termo *tempo da política* para evidenciar não só a marcação do período eleitoral, mas o momento em que as facções ganham operacionalidade e declaram o conflito aberto. Isso não quer dizer, entretanto, que as adesões e as facções se desfaçam no período não eleitoral, mas que o *tempo da política* é o momento no qual as posições são assumidas, trocadas e renegociadas. Para aqueles que mantiveram o compromisso com alguma facção, é o tempo de amortizar as dívidas assumidas com os políticos das que proporcionam fluxos de trocas de favores e bens, para além do período eleitoral. O autor, remontando aos trabalhos de Daniel Gross, ainda evidencia o modo de operacionalização das facções na política local:

Criado um município, o seu “fundador” exerce um poder sem limites até o momento em que o chefe político de um distrito lhe comece a fazer oposição. O acirramento do conflito acaba provocando a divisão do município e garantindo um período de paz a ambos os municípios, até que, em cada um deles, o processo se reinicie. Essa ideia de ciclo de uma facção não é estranha aos políticos, mesmo quando a possibilidade de fragmentação do município, por que razões seja, não se coloca. [...] Quando aproximamos mais o nosso olhar – tendo, obviamente, como referência um tempo mais restrito – de situações como aquelas analisadas pela literatura, constatamos que a polarização da vida da localidade do interior

entre “situação” e “oposição”, em especial das sedes dos municípios, parece ser um processo corrente e generalizado e, também, que o exercício ou a pretensão ao exercício do poder absoluto e discricionário pelo adversário é objeto não apenas de denúncias, mas do medo de muitos dos que são “do outro lado”. (PALMEIRA, 1996, p. 42)

Apesar de insistir sobre a dupla polarização operacionalizada pelas facções, Palmeira evidencia que elas são sempre cíclicas. Segundo o autor, se existe um traço consensual na literatura – principalmente da ciência política e da antropologia dos anos 1960 e 1970 – é que as facções não são permanentes, mas podem passar por períodos de longa duração. Vincent (2002) faz uma análise da formulação do conceito na literatura antropológica e nos mostra que as facções são sempre pensadas como grupos fluidos recrutados oportuna e verticalmente por líderes a fim de disputar assuntos específicos: geralmente duas entram em conflito sobre um problema específico, desfazendo-se quando este é resolvido. Na antropologia política, segundo a autora, o conceito aparece como um termo técnico para designar um tipo particular de organização política, dentro de um alinhamento político informal. Vincent afirma ainda que, mesmo que o conceito de faccionalismo tenha sido alvo de críticas, principalmente por aparecer como um “lugar comum” nas abordagens processualistas, ele teve importantes desdobramentos.

A ideia do voto como *adesão* a um grupo que se organiza como facção política, assim como formulado por Palmeira, poderia ser de grande valia para minha análise. Entretanto algumas divergências se apresentam entre essa ideia e a análise aqui realizada.

O primeiro ponto de dissensão é que apesar da configuração dos grupos políticos apresentar dois grandes conglomerados que fazem

oposição um ao outro – oposição esta que se torna mais evidenciada durante o que é considerado, também entre meus interlocutores, a *época da política* em Monsanto –, podemos perceber que, pelo menos desde o fim da década de 1980, indivíduos e partidos políticos ligados ao que se concebe como *ideologia de esquerda* tentam produzir um novo conglomerado com força política comparável à dos grupos políticos: a *terceira via*. É notável, entretanto, que apesar dos esforços em consolidá-la há, no mínimo, 25 anos, ainda não se conseguiu construir uma articulação comparável ao tamanho, influência e força política dos grupos políticos da cidade. Isto não quer dizer, entretanto, que a *terceira via* não seja um ator importante para a política de Monsanto. Ao contrário, é um objeto de preocupações e disputas, sendo um constante alvo de negociações e tentativas de incorporação a um dos grupos.

O segundo ponto de dessemelhança tem relação ao que Palmeira coloca sobre o aspecto das facções se reduzirem nos períodos não eleitorais em contraposição ao período eleitoral, no qual se procura incorporar o maior número de pessoas (2005, p. 456): “A facção fora do tempo da política se resume aos chefes políticos e a uns poucos seguidores”. Isso também é verdade para o caso de Monsanto, mas segundo os dados que procurei apresentar ao longo desta exposição, é muito importante manter parcerias ativas com alguns membros estratégicos do grupo político – tanto aqueles que mantêm liderança em alguma localidade<sup>10</sup>, como aqueles que ocupam posições na estrutura político-administrativa da cidade –, auxiliando os eleitores do grupo azul e consolidando a parceria entre os membros fora do período eleitoral. No meu caso de pesquisa, este “esvaziamento” parece acontecer antes por conta do afastamento dos eleitores nos períodos não eleitorais – alguns desses somente procuram o grupo político em

caso de necessidade – e não exatamente de todos os membros do grupo.

## Gostos e Vícios Hereditários

Em Monsanto, as famílias são indicadas como o principal coletivo associado ao grupo político. No sertão do Pajeú, tratam-se de compósitos que agregam não apenas pessoas que partilham de laços biológicos. São também arrançadas a partir de outros conjuntos de relações, como de vizinhança, amizade e compadrio. As concepções de família estão sempre associadas a um território a que estas pertencem; mesmo que atualmente muitos de seus membros não residam nestes locais, o território é produtor de família<sup>11</sup>.

De maneira geral, existe uma família central que promove alianças políticas com outras da cidade para compor o grupo político. Essas que se colocam no centro do grupo são descritas como *famílias tradicionais* ou *famílias políticas*. Contudo, nem todas as que estão dentro do grupo são tradicionais, ainda que sempre haja uma indicada como portadora de maior *tradição* na política. No caso do grupo azul, mesmo que a família Cordeiro não seja considerada uma *família tradicional*, muitos membros remetem-se a um tio do atual líder, que foi político e fundador da UDN na cidade, para afirmar que a mencionada família tem tradição na política, mesmo que apresente um vínculo mais recente no meio em relação às famílias centrais que compõem o grupo rival.

Segundo uma apreciação geral, o grupo político seria produto de alianças entre famílias menos numerosas – ou com menor tradição política – e *famílias tradicionais*, que visam compor forças para realizar os interesses políticos de seus membros. Tais alianças são concebidas como estratégias ou particularidades da política local, que têm como objetivo fazer que

interesses particulares e partilhados sejam mais facilmente acolhidos pela população.

Atualmente, são aliadas do grupo político azul as famílias Cordeiro, Cunha e Soares, sendo a Cordeiro a mais importante dentro da organização. No período de pesquisa de campo, o azul estava se aliando a um político rival – Faustino Rodrigues –, pertencente a uma *família tradicional* e uma das centrais do grupo vermelho. Apesar de ele lançar mão de várias razões para justificar sua saída do vermelho, a justificativa mais bem aceita pela população era a possibilidade da união de sua família, pois um primo seu já havia se aliado ao azul e, desde então, os primos haviam rivalizado, disputando o mesmo cargo nas eleições.

O grupo político não cria parentesco entre seus membros, mas pode atualizar laços entre parentes distantes, tornando-os novamente família. Um desses casos é o de Vilma Cordeiro, parente dos Cordeiro por parte de pai e mãe. Apesar do pai sempre participar da *política*, seus vínculos com a família eram mais distanciados. Entretanto, a partir de seu trabalho junto aos candidatos, em sua maioria primos – também com algum parentesco com a citada família –, Vilma foi aos poucos se aproximando dela e também de muitos assessores do deputado Cordeiro. Desta forma, começou a trabalhar com sua equipe e, como me conta, às vezes se aproxima de um ou outro primo por conta de uma eleição. Foi assim nas últimas eleições para vereador, quando conheceu uma prima distante, sobrinha *carnal*<sup>12</sup> do deputado, Lourdinha. Vilma trabalhou em sua campanha, ajudou a elegê-la e hoje ambas mantêm um convívio próximo.

Mesmo sendo comum que membros de uma mesma família aliem-se a um mesmo grupo, e até mesmo filiem-se a um mesmo partido, há casos em que essas equações entram em

curto-circuito. Fred Cordeiro é um exemplo. O atual vereador me relatou a grande dificuldade enfrentada nas últimas eleições. Apesar de ter sido eleito e fazer parte do grupo azul, no momento da eleição seu partido estava coligado aos que compõem o vermelho. Sua família, entretanto, estava aliada ao azul. Desta forma, como me apontou o vereador, mesmo que todos os pormenores e negociações de sua candidatura tenham sido feitas por meio do grupo vermelho, ele não se via como aliado ao grupo. Sentia-se impedido de apoiar o candidato a prefeito deste, apesar de seu partido estar na coligação. Era impedido, por outro lado, de subir ao palanque do grupo azul, apesar de toda sua família – inclusive ele mesmo – apoiar o candidato a prefeito deste grupo. Fred me disse, que apesar de todas as dificuldades, teve de manter-se neutro e não subiu em palanque algum, mesmo que essa decisão pudesse trazer grandes prejuízos a sua candidatura.

Como me apontaram diversos interlocutores de pesquisa, existem algumas famílias que parecem conter certas aptidões especiais para a política. O *gosto pela política* aparece como um elemento que se transmite a partir da organização familiar, tanto pensado como transmitido por meio de um laço biológico, como pela convivência próxima de parentes que participam desta atividade. A partir de alguns relatos, é possível entender que as aptidões para a política são um conjunto de qualidades, que parecem estar contidas no *sangue*, presentes na noção de *gosto*. Essas aptidões, entretanto, aparecem emaranhadas com tantas outras, que às vezes podem ser vistas como empecilhos ou dificuldades para a política, traduzidas pela noção de *vício*. Contudo, os *gostos* e *vícios* aparecem em bons e maus políticos, dependendo da habilidade de cada um equacionar suas habilidades e defeitos.

No caso do grupo político azul, mesmo que o deputado Cordeiro seja visto por seus

*correligionários* como um político extraordinariamente habilidoso, seu irmão Antonio Cordeiro era visto como um *político nato*, um tipo especial que conseguia o apoio dos eleitores até mesmo por atos atrapalhados. Antonio, apesar de ser reconhecido pelo seu *gosto* especial pela política, era também conhecido por ter problemas de alcoolismo, um *vício* atribuído ao seu núcleo familiar, segundo me relatou Gilberto Cordeiro, o irmão caçula do deputado Vitório. Desde nosso primeiro encontro, disse que era alcoólatra e que não tinha problema em reconhecê-lo. Na continuação dessa mesma conversa, Gilberto me contou que apesar do *vício*, seu irmão Antonio era muito respeitado pela população de Monsanto:

Ele gostava de beber, mas também sabia fazer as coisas. Quando tava no bar, pagava bebida pra todo mundo. O que viesse pedir pra ele em nome de Nossa Senhora da Penha ele dava, pois era a santa de sua devoção. Uma vez, chegando em casa de uma bebedeira, um homem veio invocar com ele e deu um tiro, que pegou na parede. O homem foi preso, mas o Antonio mandou soltar. Disse que do mesmo jeito que tinha sido ele, poderia ter sido qualquer um, que não era culpa do homem, mas da bebida que ele tava na cabeça. Mas a vida dele era a política. Você pode não acreditar, mas a casa do meu irmão era tão cheia que ele não tinha tempo pra cagar. Sem brincadeira, uma vez cheguei na casa dele e ele tava na privada conversando com as pessoas, tinha uma fila pra fora do banheiro. E além de tudo ele ainda anotava o que o povo pedia no papel higiênico. Pode parecer brincadeira, mas na casa dele a sala dele era sempre cheia de gente. (Caderno de Campo, Gilberto Cordeiro, 26 de março de 2010)

Gilberto Cordeiro afirma que mesmo que o irmão tenha sido o melhor prefeito de Monsanto, “poderia ter ido mais longe na

carreira política se não fosse seu *vício*". Essa, aliás, é uma afirmação que ouvi de diversos membros do grupo político, mas que não elaboram essa frase como um juízo de valor, pois Antonio Cordeiro é reconhecido dentro do grupo azul como o melhor prefeito de Monsanto, pelo carinho e reconhecimento que recebia da população.

Em relação às disposições ou características pessoais atribuídas à noção de *sangue*, Ana Cláudia Marques (2002, p. 143-144) nos fornece uma chave de inteligibilidade bem importante para ponderarmos como essa noção é trabalhada no sertão do Pajeú. Para a autora, a categoria de sangue está intimamente relacionada a uma série de qualidades fundamentais, como *moleza*, *mansidão*, *brabeza* e *valentia*, que, por sua vez, relaciona-se com o cálculo presente em uma *questão*. Neste sentido, a ideia de sangue carrega valores que não podem ser vistos como positivos ou negativos, mas classificados como virtudes ou defeitos.

Essa noção encadeada para relacionar qualidades que podem ser partilhadas dentro de uma mesma família, quando articulada no contexto da política, também apresenta uma dimensão que parece apontar para além da herança biológica. Cañedo (2005, p. 480-485), ao discutir a herança política entre elites tradicionais de Minas Gerais, aponta para o caráter da aprendizagem que aparece imbricada na ideia de herança política. Quando a autora traça a discussão acerca de uma família descendente de um magistrado, coloca que a *capacidade de confronto diante dos adversários* é vista por seus interlocutores de pesquisa como uma capacidade adquirida dentro de um complexo e longo processo de aprendizado familiar. Tal aprendizagem se relaciona às regras não escritas da política e não pode se dar em outro contexto senão no da prática. Isso talvez evidencie uma característica da política de Monsanto, onde a sucessão dentro

da família ou do grupo político começa a ser pensada e articulada antes da morte ou da proximidade de troca da liderança, pois abriga uma preocupação com a aprendizagem das condutas específicas do campo político.

Desta forma, a sucessão desse líder é um fator de preocupação, principalmente por conta da importância do vínculo existente entre os líderes e seus grupos. Corre-se o risco, como me advertiram diversos colaboradores de pesquisa, com a sucessão da liderança, que o grupo enfraqueça e até mesmo deixe de ser atuante. A escolha pela sucessão do deputado Cordeiro me foi descrita como um momento interessante de notar algumas características essenciais acerca das relações entre os grupos políticos e a família. Vitório Cordeiro teve três filhos, sendo duas mulheres e um homem. Porém este último nasceu com uma grave deficiência e faleceu antes dos 20 anos. As filhas não residem em Monsanto e não demonstram interesse em participar da política, assim como nenhum de seus genros.

Segundo Tomás da Cunha, a família Cordeiro tinha dois candidatos interessados em tornarem-se os *sucessores* do deputado Vitório. O primeiro era Heitor Cordeiro, médico, sobrinho *carneal* de Vitório e que sempre foi reconhecido pela família como um homem muito inteligente. O segundo era Toninho Oliveira, filho de um primo legítimo de Vitório, também médico, reconhecido por promover eventos e por ser uma pessoa muito comunicativa. Segundo Tomás, existiu uma votação dentro do grupo para saber quem seria o sucessor político do deputado. Essa votação aconteceu antes das eleições de 2002, na qual os candidatos foram apresentados e os membros do grupo levantaram as mãos para escolher quem concorreria a deputado estadual pelo grupo. Toninho ganhou por maioria de votos. No sertão do Pajeú, como mostrou Jorge Villela (2009, p. 220-221):

Uma família que tenha pretensões políticas (concorrer a cargos eletivos) precisa, em primeiro lugar, se constituir, formar grupo, atualizar-se como sobrenome. Em contraposição, qualquer agrupamento político precisa – ao menos até minha última estadia de campo em 2008, embora houvesse para alguns intervenientes da política uma sensação de mudança cujos desdobramentos ainda não eram capazes de elaborar claramente – criar-se a si mesmo como família. Mesmo um pretendente à política como atividade profissional precisa incluir-se num agrupamento familiar com “tradição na política”. Ou então família é capaz de constituir-se em torno de um pretendente ou de formar com ele uma espécie de dupla captura, um funcionamento em que cada parte retire um naco de vantagens do seu parceiro e agregue ao bolo uma porção específica de ingredientes. Em ato, essas exigências não são formuladas sob um discurso voluntário. Muitas vezes elas não aparecem sequer proferidas de modo unívoco, porque se compõem de ações dispersas e a custo unificáveis – o que não quer dizer que elas superem, não ao menos necessariamente, a reflexão dos intervenientes.

Não apenas facilmente descritas pelos laços de sangue, conexões intrafamiliares de pequeno e longo alcance são realizadas com o intuito de fabricar uma legitimidade, por meio de conexões entre parentes, encerradas na ideia de *sucessão*. Abélès (1991; 2001) demonstra que inúmeros são os caminhos para se acionar uma identidade. Candidatos ou mesmo políticos em exercício fazem constantes relações entre suas identidades e a de mentores ou parentes que já tiveram alguma importância, com o intuito de demonstrar determinada “vocaçao política”. Abélès nos mostra que tais acionamentos identitários demandam um grande esforço dos políticos, que fazem e re-fazem suas tramas e genealogias de parentesco até conseguirem legitimar, de alguma forma,

seu pertencimento à política por meio dessas estratégias.

## Partidos, grupos políticos e coligações

O grupo político difere de um partido, principalmente por não ter institucionalidade, ou seja, não existe qualquer código ou regulamentação sobre sua composição, atividade e também sobre seus componentes. Isso não quer dizer, entretanto, que se coloque em uma posição externa aos códigos eleitorais ou legais.

Além das famílias, os grupos políticos também são compostos por partidos. Dentro de cada grupo existe um partido central, ao qual é filiado o *líder*, que tem maior força dentro do município, principalmente por ter um maior número de representantes eleitos e alianças com políticos dos governos estadual e federal. A partir do partido de maior projeção é que se dão as alianças com outros, menores em número de representantes eleitos.

Em Monsanto, atualmente, o *líder* do grupo azul é filiado ao PR, e o *líder* do vermelho, ao PTB. O primeiro é composto, principalmente, pelos partidos PR, PHS, PRT, PSB, PTC, PRP, PSL e PSD. O segundo, por sua vez, pelos partidos PTB, PDT, PMDB, PSDB e PTN. Essas alianças também são operantes durante o período não eleitoral, mas sofrem grandes modificações quando se aproximam as eleições. Isso porque o grupo político agencia, entre os partidos, as coligações eleitorais, mesmo que este não seja o único motivo que sustente sua parceria. Nem todo partido que compõe os grupos fará composição dentro das coligações do partido central.

Nas eleições municipais de 2008, as coligações estavam nas seguintes disposições: Coligação 1 – PR, PHS e PRP; Coligação 2 (+ Por Monsanto) – PTN, PMN e PRB; Coligação 3 – PMDB, PSDB, PRTB, PV e PTC; e

Coligação 4 (+ Monsanto) – PRB, PDT, PTB, PTN e PMN. Num primeiro momento, ao analisar esses dados, podemos ter a impressão de que cada grupo político divide-se em duas coligações durante as eleições municipais de 2008. Entretanto, como me afirmou Zezinho, membro do azul que se envolve com as formalidades partidárias no momento das eleições, “nem todo partido político sai pelo grupo político, pois o grupo faz uma só coligação”.

Mesmo que apontado por diversos interlocutores de pesquisa que os partidos aos quais são filiados os *líderes* dos grupos tenham maior força dentro do município, o número de filiados não difere muito entre os partidos centrais e os que aparecem como secundários, de menor força política por terem menor número de representantes eleitos. No azul, por exemplo, o PR, que aparece como central, conta atualmente com 243 filiados, enquanto o PSB conta com 318. No vermelho, enquanto o partido de seu atual *líder*, o PTB, conta com 219 filiados, o PDT, que tem menor número de representantes eleitos, conta com 584.

Levando em consideração o número de filiados no caso do grupo político azul, este alia o partido central, o PR (243 membros), a dois partidos de menor número de filiados, o PHS (52) e o PRP (96). No grupo político vermelho, estão aliados em sua coligação o partido central PTB (219), que se alia ao PRB (77 filiados), PDT (584), PTN (282) e PMN (19). Desta forma, o que podemos perceber é que a filiação partidária em Monsanto, por si só, não é capaz de determinar quais os partidos que exercem maior força no âmbito municipal.

Segundo meus interlocutores de pesquisa, principalmente aqueles ligados a partidos de menor representação no município, os que se aliam por meio dos grupos políticos sempre correm o risco de congregar forças para o benefício dos partidos de maior projeção dentro do grupo. Este é um risco a que todo partido

com menor força no município está sujeito; apesar de ser constante a apreciação local de que estes atuam como *partidos de aluguel*, ou seja, partidos menores que somente servem ao interesse do grupo político, essa prática é sempre demarcada como uma ação prejudicial aos secundários e objeto de grande preocupação de seus dirigentes e filiados. Tal submissão é vista também como algo do passado, a que todos os integrantes dos partidos secundários devem atentar e, na medida do possível, procurar se desvencilhar. Muitos dirigentes me relataram que um mecanismo comum para escapar a tal condição é sempre defender que as candidaturas do partido sejam independentes. Isso quer dizer que existe uma grande preocupação de que os projetos diferenciais defendidos pelo partido não se misturem aos interesses do dirigente do grupo político – e também de seu partido. Para isso, segundo Roberto da Silva, presidente do PV na cidade, é necessário que as discussões com o grupo e os possíveis candidatos comecem antecipadamente, fora do período eleitoral, para que todos os interesses diferenciais do partido, como projetos e ações que remetam a sua ideologia, sejam respeitados e mantidos como a frente de ação dos futuros mandatos. Ainda segundo Roberto da Silva e também Omar Ferreira – presidente do PT e único vereador de sua legenda –, é interessante compor alianças com o grupo, mas não sair sob uma só coligação, pois este seria um tipo de arranjo que permitiria avançar com as propostas diferenciadas de cada partido político, sem deixar de compor forças dentro dos grupos.

Francisco Rocha, presidente do PHS, e também Tomás da Cunha, delegado do PR na cidade, me disseram que é fundamental o multipartidarismo para manter a estrutura do grupo político. Isso porque, para este, seja por meio de coligações, seja por alianças entre candidaturas independentes, é interessante apoiar as diversas

lideranças da cidade para seu interior, principalmente aquelas que se interessam em candidatar-se ao cargo de vereador. Nas eleições de 2008, para citar um exemplo, foram 99 candidatos a vereador. Se não houvesse mais de um partido na composição do grupo, segundo meus interlocutores de pesquisa, muitas dessas lideranças não poderiam se lançar como candidatos e poderiam opor-se ao grupo. A partir de sua composição por meio das alianças entre partidos ou coligações eleitorais, o grupo político pode dar conta dos requerimentos de candidaturas de diversas lideranças na cidade, mantendo sua difusa estrutura, que por não contar com uma estrutura institucional definida, utiliza-se de tais composições – entre os representantes e lideranças locais.

## A política alargada

Qual seria a melhor maneira de definir o que são os grupos políticos? A antropologia processualista pode ser descrita como estudos que procuravam retratar estruturas políticas intersticiais, suplementares e paralelas e suas relações com o poder formal, principalmente o poder do Estado e instituições a ele vinculadas. Apesar de muito distante do espaço e tempo abordados nesta análise, este conjunto de pesquisas mostrou-se empenhado na construção de análises políticas a partir de processos dissociativos (contradições, competições e conflitos), que normalmente até então eram deixados de fora das análises da política. Os conceitos de grupos diádicos não-corporados (LANDÉ, 1977) e quase grupos (MAYER, 1977) podem render maior inteligibilidade sobre a proposta de análise apresentada acerca dos grupos políticos.

O conceito de grupo diádico não-corporado desenvolvido por Landé visa descrever processos políticos e sociais que são singulares às sociedades em desenvolvimento. Segundo o autor (1977, p. XV-XVIII), uma aliança diádica é construída por uma relação de troca

de favores e os interesses desses acordos são sempre individuais e sua formação pode ser produto da iniciativa de qualquer um dos participantes. A aliança torna-se forte quando se é capaz de manter um fluxo de troca de favores entre dois parceiros. São consideradas importantes por unir os membros de determinados tipos de grupos não-corporados e se fazem claras em momentos de conflito, onde se é necessário tomar um lado envolvido no confronto (LANDÉ, 1977, p. XIX-XX). Ainda segundo Landé, um grupo não-corporado é um agregado discreto, de múltiplos membros que partilham propriedade, objetivos e deveres inerentes ao grupo em sua totalidade. Todos têm direitos e deveres que dizem respeito ao grupo e estão unidos em virtude de sua filiação comum e por sua obrigação partilhada de proteger seus interesses e cumprir suas demandas.

Desenvolvido por Mayer (1977, p. 43), o conceito de quase-grupos também é interessante de ser aqui relacionado. Os quase-grupos diferem-se dos demais grupos e associações por não contarem com uma estrutura reconhecível, sendo formado a partir dos interesses ou modos de comportamento comuns a seus membros. São egocentrados, pois sua existência depende de uma pessoa específica, que está presente como um foco da organização central. Quando mais de um membro está diretamente ligado diretamente ao ego, podemos caracterizá-los como o núcleo do quase-grupo, e a fixação desse centro pode configurar a formação de um grupo. Se este não se desenvolver, podem ser vistos como uma “panelinha”. Embora possuindo líderes, as “panelinhas” não são corpos egocentrados.

Mesmo que nenhum dos modelos propostos pelas pesquisas da Antropologia Processualista possam nos servir de molde nesta análise, o exercício comparativo me pareceu pertinente. A proposta de Landé, apesar de assemelhar-se em diversos pontos de meu

caso etnográfico, principalmente no que toca às relações de parceria entre os membros do grupo diádico não-corporado, revela não existir qualquer liderança fixa ou duradoura. Para o caso de Monsanto, a liderança é um núcleo a partir do qual se estabelece todas as relações de parceria. Já a formulação de Mayer acerca dos quase-grupos apresenta vários pontos convergentes com meu trabalho, principalmente ao determinar um conjunto associativo que, apesar de não ter delimitações claras ou uma estrutura dura, apresenta um foco central de organização. Entretanto, diferente dos grupos políticos em Monsanto, não há relações entre os membros – não se cria uma parceria – pois todos aparecem diretamente ligados ao ego.

Neste artigo, relacionei os grupos a diversos coletivos presentes na literatura específica ao campo do político: redes, facções, quase-grupos, grupos não-corporados e grupos diádicos. Acredito que o exercício comparativo serve para evidenciar, ao mesmo tempo, algumas características comuns a esses agrupamentos, assim como mostram a particularidade do caso retratado. Ao longo desta exposição, discuti que o grupo político é um produto de alianças estabelecidas entre famílias e também entre partidos. A família da liderança principal promove alianças com outras da cidade, assim como o partido político principal do grupo político promove com aqueles secundários no município. Esses acordos estão sempre vulneráveis a modificações, rupturas e novas composições. A dupla polarização e o acirramento das rivalidades são especificidades da época eleitoral, sendo o período entre eleições momento de renegociações e recomposição de *grupos políticos*. Entretanto, como procurei mostrar ao longo desta discussão, ao contrário do que se evidencia em algumas etnografias sobre eleições, o período entre elas também é permeado por composições e decomposições de alianças. Quando tomados a partir de suas práticas,

de suas formas de composição e atuação, os *grupos políticos* podem ser visualizados enquanto conformações que não se opõem ou ignoram práticas políticas legais, mas que as consideram em seus movimentos de produção contínua.

## Notas

1. A pesquisa foi realizada durante três meses no início de 2010, ou seja, fora do período eleitoral. Serviu de aporte para a dissertação de mestrado “Partidos e grupos políticos num município do Sertão de Pernambuco”, defendida em 2012, sob orientação do professor Dr. Jorge Mattar Villela, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos.
2. O nome da cidade, assim como o de todos os colaboradores da pesquisa são fictícios. Tais alterações foram feitas para evitar o tom denunciativo deste texto, preservando a identidade dos interlocutores da pesquisa.
3. Grande parte de meus interlocutores de pesquisa envolvidos na disputa considerava que a política desenvolvida em grandes centros se daria antes por identificação a uma ideologia partidária ou partidos do que por laços pessoais e familiares.
4. Apesar de atualmente o deputado Vitório Cordeiro ser associado à imagem do governador de Pernambuco por conta das alianças entre seus partidos, outras figuras da política nacional também são a ele associadas, principalmente por terem participado de um mesmo partido no passado.
5. “Correligionário” é um termo polissêmico que designa os membros de um grupo político. Não se é correligionário por si só, sendo esta palavra utilizada para designar que determinados indivíduos mantêm uma pareceria com outros membros de um grupo. Em outros momentos, pode ser usada em substituição da palavra “eleitor”.
6. Muitos interlocutores de pesquisa remetem-se ao momento da eleição como de grande visibilidade dos grupos políticos por meio de suas cores. Dizem que toda a cidade se divide conforme as cores daqueles aos quais eleitores, correligionários, políticos e candidatos estão vinculados. Neste sentido, a pouca visibilidade dos grupos no momento de minha pesquisa talvez se deva ao fato de ter sido realizada em um período não eleitoral.
7. Um desses episódios será debatido a seguir, na discussão sobre as famílias dentro dos grupos políticos.

8. Essas decisões que chamo “particulares”, entretanto, não podem ser tomadas como opondo-se às determinações coletivas. Em certo sentido, todas elas são equacionadas dentro e a partir dos coletivos. Desvincular-se de um, é ao mesmo tempo, aproximar-se ou ser incorporado a outro. Para uma descrição próxima sobre as conjugações entre famílias e política, verificar Villela (2009).
9. Também pode ser encontrado em Heredia e Palmeira (2005: 453-476).
10. Que poderíamos relacionar ao que Palmeira (1996: 51) chama de “eleitor de voto múltiplo”, pois, ao fazer parte de um grupo político, carrega consigo outros votos.
11. Como apontado por Marques (2002) e Villela (2004), a família é produtora de território e também este é produtor de famílias, pois no sertão do Pajeú as relações familiares estão dentro de um conjunto de retroalimentação com outros elementos, principalmente a política e a violência.
12. “Parente carnal” é um termo que designa pessoas que partilham laços sanguíneos próximos.

## Referências bibliográficas

- ABÉLÈS, Marc. Avoir du pouvoir politique. In: Segalen, M. *Jeux de Familles*. Paris: CNRS Éditions, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Un ethnologue à la assemblée*. Paris: Odile Jacob, 2001.
- BARNES, John A. Networks and political process. In: Swartz, M. J. *Local-level politics: social and cultural perspectives*. Chicago: Aldine, 1968.
- BORGES, Antonádia M. *Tempo de Brasília: etnografando lugares-eventos da política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- CANÊDO, Letícia B. Ritos, símbolos e alegorias no exercício profissional da política. In: \_\_\_\_\_. *O sufrágio universal e a invenção democrática*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.
- FORTES, Meyer. *The web of kinship among the Tallensi: the second part of an analysis of the social structure of a trans-Volta tribe*. Londres: Oxford University Press, 1949.
- HEREDIA, Beatriz M. A.; PALMEIRA, Moacir. O voto como adesão. In: Canêdo, L. B. *O sufrágio universal e a invenção democrática*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.
- LANDÉ, Carl H. Introduction: the dyadic basis of clientelism. In: Schmidt, S. W. et al. *Friends, followers, and factions: a reader in political clientelism*. Berkeley: University of California Press, 1977.
- MARQUES, Ana C. *Intrigas e questões: vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.
- MAYER, Adrian C. The significance of quasi-Groups in the study of complex societies. In: Schmidt, S. W. et al. *Friends, followers, and factions: a reader in political clientelism*. Berkeley: University of California Press, 1977.
- PALMEIRA, Moacir. Política, facções e voto. In: Palmeira, M.; Goldman, M. *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Apostas eleitorais: notas etnográficas*. S/D.
- VILLELA, Jorge L. M. O Povo em armas. Violência e política no sertão de Pernambuco. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- VILLELA, Jorge L. M. Família como grupo? Política como agrupamento? In: *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 52, n. 1, p. 201-246, 2009.
- VINCENT, Joan. Political anthropology. In: BARNARD, A.; SPENCER, J. *Encyclopedia of Social and Cultural Anthropology*. Londres: Routledge, 2002.

**autora**

**Carla Souza Camargo**

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas (PPGCS-Unicamp)

*Recebido em 21/06/2014*

*Aceito para publicação em 01/12/2014*